

À ESQUERDA DO POSSÍVEL

Coordenação
Francisco Louçã
João Martins Pereira
João Paulo Cotrim



INTRODUÇÃO

Francisco Louçã
João Martins Pereira
João Paulo Cotrim

Em Dezembro de 1987, o **COMBATE** iniciava uma nova série. Aparentemente, as alterações eram menores: mesma direcção, mesmo formato, mesma geografia política. Mas, na realidade, tratava-se de um projecto transformado: uma estrutura diferente assente num dossier temático que investigava os campos da realidade e dos desafios programáticos à esquerda – desde a 'noite' até à 'crise de Leste', passando pelas 'primaveras' e pela 'justiça' –; uma nova redacção, um grafismo ímpar e ilustrações poderosas deram origem a um dos projectos mais inovadores, mais intervenientes e mais consistentes na imprensa alternativa portuguesa. Desde logo, pela sua intensidade: sinal dos tempos, ao longo dos anos seguintes o panorama da imprensa de ideias e de acção política veio a reduzir-se cada vez mais. O **COMBATE** pretendia mostrar-se, em contrapartida plural e possível. Mais ainda, à esquerda do possível. Assim foi, e disso são testemunha estes textos.

Das mais de cinquenta edições ao longo destes quatro anos, foi preciso seleccionar uma pequena amostra para publicação em livro. Escolheu-se ignorar todas as páginas de actualidade, de humor, de reportagem, as entrevistas, os depoimentos: dessa forma, saem desta compilação um grande número de autores, muitas facetas da realidade que o **COMBATE** olhou durante este tempo e muitas reflexões que são indispen-

sáveis para o propósito deste jornal. Dos textos restantes, a compilação respeitou um princípio de selecção por temas e de representação de um vasto leque de autores, atendendo a que, na programação normal das edições mensais, estes critérios eram sempre dos fundamentais. Aqui está.

I

Trabalhos de Hércules: o COMBATE dedicou-se aos mais difíceis e fez disso o seu programa e a sua promessa.

Um primeiro, desde logo: o da identificação – de casos e de causas, de um mundo que muda. E nem isso é novo. O Deão da Igreja de Saint Paul, em Londres, escreveu em 1229 essa evidência: "Quando os nossos primeiros pais foram expulsos do Paraíso, crê-se que Adão terá observado para Eva: 'Minha querida, vivemos numa idade de transição". Assim foi desde então.

Transição, mutação, vertigem: esse mundo alimenta a exigência de justiça e portanto desenha a intransigência de uma esquerda que não se juntou aos coros da coligação que disparou a guerra do Golfo, não se deslumbrou com o euro optimismo nem cortejou o fim das ideologias. A pesquisa começa pelas geografias, instituições, o país, três capítulos que fazem parte desse trabalho.

E encontra-se a evidência: os anúncios da Benetton descrevem a morte pela SIDA, a eliminação pela poluição, a angústia das partidas – a crueza do mundo transformou-se na sua identidade. Mas não terá esta evidência deixado de ser evidente? Não terá a mediatização da vida eliminado o seu conhecimento? Não será agora a vez de uma distanciação desdramatizante que elimina a contradição e a reduz ao paradoxo, que descarta a acção e seduz o espectáculo? Muitos dos textos respondem que sim. E dessa afirmação decorre uma agenda intensa de intervenção: porque o mundo fornece infinitos exemplos de atitudes, de aparências, de questões, de rejeições, que configuram à esquerda não institucional. Não tem sido difícil encontrar os mais imediatos motivos para viver a razão antes do seu tempo nem sequer encontrar razões que o coração conhece para continuar este percurso. Por mais pesadas que sejam as palavras.

II

O socialismo, no entanto, tem sido justamente um corpo de instituições, além de uma cultura específica e mundividente. Como cultura, foi simultaneamente uma explicação universal das injustiças, numa perspectiva histórica e uma concepção dos agentes e dos processos de transfor-

mação. Como instituição, foi a marca de uma época – e o seu fracasso.

O fracasso, por sua vez, é institucional mas também cultural e escrito da forma mais lamentável na deriva dos que, depois de justificarem o terror estalinista com o voluntarismo leninista, foram regredindo tranquilamente até a desilusão de Kautsky, chegando finalmente a Bernstein e daí pulando num ápice para o possibilismo, embarcando finalmente num liberalismo que tem a suprema sageza de tudo justificar em nome de agentes económicos incognoscíveis, situações de equilíbrio perfeito em que tudo se sabe e nada se aprende, e de políticas que são sempre inevitáveis. Nenhuma trama de traição tão rasteira e intencional está escrita neste roteiro, ao contrário do que possa sugerir o desgosto geracional de raros que conseguem não perder nem se distanciar da ilusão adolescente: pelo contrário, são bem forças poderosas da estrutura social que se agitam neste regresso permanente à "simultaneidade do não simultâneo", na expressão de Ernst Bloch.

Mas é bem de fracasso que se trata. A monstruosidade estalinista reduziu o comunismo a uma recordação amarelecida e transformou o Estado numa máquina de guerra de trincheiras contra a população: o particular opôs-se ao geral da forma mais grotesca e visível, e daí a sua fragilidade e colapso repentino. Os fantasmas do racismo, do anti-semitismo, do nazismo, foram ao mesmo tempo soltos pela abertura desta caixa de Pandora: o mundo do final do século parece-se com a ameaça de barbárie em tudo o que se queria evitar.

III

Santíssima Trindade dos nossos dias: sustentando-se numa lógica de ferro, a democracia uniformizada, que converte em sinais políticos a vontade dos cidadãos atomizados, o mercado silencioso, que deles recebe os sinais sociais das procuras, e ainda os médias onnipotentes, que tudo vêem e distraem todos os sinais. A pós-modernidade cabe neste tríptico, os dois primeiros elementos não são tão recentes, o terceiro tem sido menosprezado injustamente – mas nada há de mais novo do que a sua justaposição, a sua articulação, a sua capacidade de fazer sistema.

Dispõem ainda de uma estética, o brasão dos conquistadores: se os modernistas se uniam contra o mercado, os pós-modernistas unem-se agora pelo mercado, importando do pop a sua nostalgia, transformando a reificação cultural numa cultura, o efémero numa virtude, o pastiche numa religião e o divertimento numa ignorância. De tudo resulta uma noção da eternidade que é a sua declaração de guerra: o momento é uniformizado pela certeza de que neste mercado e nesta democracia nada se pode

passar porque tudo está previsto e porque, mesmo que se passasse, não podia ter nenhuma consequência que não a confirmação da eternidade. O tempo parou no relógio do fim do século.

A estratégia da resistência é portanto a mais ofensiva das investidas possíveis – à esquerda do possível, porque recupera orgulhosamente a dimensão narrativa, a grande narrativa em todas as suas dimensões: a historicidade concreta, o conhecimento das realidades, as utopias que nascem da experiência que é a mãe de – todas as coisas. Assim foi escrito este livro, mês a mês, e muito mais que aqui não cabe.

Ainda se pode ser socialista de libertação, diz-se nas páginas que o leitor vai abrir; Mesmo que os percursos pareçam tão difíceis ao ponto de terem que ser inventados:

Onde nenhum caminho estava traçado,
Nós voamos
(R. M. Rilke, Poemas)

UMA HISTÓRIA ATRIBULADA

João Martins Pereira

Será o ócio simplesmente o "tempo em que não se trabalha"? Não: as horas que se passam nos transportes, nas refeições ou no sono não são tempos de ócio. Será o tempo em que se está desocupado? Tão-pouco: senão, que sentido faria a expressão "em que ocupas os teus ócios"? Será o tempo "livre de obrigações"? Estamos mais próximos, mas teremos então de perguntar ainda: que liberdade? que obrigações? E aí nos surgem, desde logo, as implicações sociais dos ócios.

Só poderemos falar de ócios se lhes associarmos a ideia de escolha: posso escolher a leitura para ocupar os meus ócios se souber ler e tiver acesso a livros e jornais, ou meios para os comprar; posso escolher, ou não, um cinema ou uma viagem; posso escolher um curso por correspondência para me valorizar ou mudar de emprego, e mesmo essa escolha pode ser motivada pela ambição de uma carreira ou pela insuficiência do salário.

Tais escolhas têm, pois, muito que ver com o meio social em que se vive, com o lugar em que se habita, com o nível de rendimentos, com a educação que se teve — tudo isto, como se sabe, muito ligado entre si. Por aí, passa a liberdade, tanto maior quanto mais amplo o leque de escolhas possíveis.

Quanto às obrigações, elas não são incompatíveis com o ócio se, justamente, forem "escolhidas": posso ocupar os tempos de ócio militando num partido, "trabalhando" num clube ou numa colectividade de recreio,

fazendo teatro ou dedicando-me às "boas obras" da paróquia mais próxima. Mas *já não* trazendo trabalho-extra para casa para ganhar mais uns cobses, ou simplesmente indo tratar de mil burocracias às repartições, buscar os putos à escola ou pagar a conta do telefone. Inversamente, pode não haver quaisquer obrigações e, ainda assim, o "tempo livre" não ser de ócio: um desempregado está ocioso sem o querer, sem o ter escolhido. Só por humor negro se poderia falar dos seus ócios.

Esta ideia de ócios, esta divisão entre tempo de trabalho e tempo de ócio, mesmo esta ligação entre ócio e liberdade (socialmente entendida), são coisas que nasceram com a burguesia e com a sua fulgurante ascensão há mais de dois séculos. E nasceram ao contrário: as revoluções burguesas foram feitas contra o ócio "anti-social" da alta aristocracia, que se passeava o ano inteiro entre a corte, os salões galantes e as suas propriedades. O provérbio "a ociosidade é mãe de todos os vícios" deve ter sido inventado por essa burguesia, a quem revoltava a vida fácil e improdutiva de uma nobreza cujos luxos (e o poder) tinha de pagar com a sua "indústria". Nela pensava por certo Rousseau quando dizia "*todo o cidadão ocioso é um ladrão*".

Tão virtuoso empenho nos negócios (etimologicamente: a negação dos ócios) tinha de dar mau resultado. Cinquenta anos após a Grande Revolução, a burguesia industrial europeia fazia trabalhar nas suas minas e nas suas fábricas 15 horas por dia os filhos e os netos dos antigos camponeses que, durante séculos, haviam conhecido os "ócios" que a natureza a seu bel-prazer lhes concedia.

O proletariado nasceu sem ócios, e, mesmo para comer e dormir, mal chegava o tempo. Pais, mães e filhos de tenra idade destruíam no vai-vêm casa-fábrica o pouco tempo que tinham para viver: sabendo-se que, a meio do século passado, a esperança média de vida à nascença era de 35-40 anos na Inglaterra e em França, é fácil de imaginar que não chegaria aos 30 para os trabalhadores das minas e da indústria.

Nessa altura, já os mais bem sucedidos industriais e homens de negócios começavam, pelo seu lado, a instruir-se e a instruir os filhos, a frequentar teatros, a ler jornais, a comprar casas de campo e a fazer férias, a frequentar cafés, a interessar-se pela política, a frequentar se-rões em casa de amigos — numa palavra, a descobrir os ócios. E aspiravam a um título de visconde ou marquês...

Os ócios, e os não-ócios, tal como hoje os entendemos, nascem, pois, com o "horário de trabalho", uma invenção da revolução industrial. A conquista do ócio foi (e ainda é) a longuíssima batalha pela redução do

horário de trabalho e, mais tarde, do tempo anual de trabalho — luta indissociável das que paralelamente se travaram pelo direito de associação, pelo sufrágio universal, pelo direito à educação e à saúde.

Em 1900, ainda o número médio de horas semanais de trabalho na indústria era de 65 horas em França e 55 horas nos Estados Unidos. E já então cinco homens tinham sido executados, catorze anos antes, em Chicago, por se terem batido, com muitos milhares de outros, pelas oito horas de trabalho diário. Mas 1900 é também a mítica data em torno da qual gira a tão famosa "Belle Epoque": já então a burguesia próspera e endinheirada, juntamente com uma aristocracia que, em boa parte, se fizera negociante e financeira (mantendo auras, e propriedades, antigas), davam o espectáculo dos seus ócios dispendiosos, com que os primeiros fotógrafos "sociais" recheavam as revistas familiares e lhes alimentavam os sonhos: mesmo entre nós, onde tudo isto chega sempre atrasado, a "Ilustração Portuguesa" desse tempo documenta "garden parties", os passeios, os "sports" e os banhos de praia dos que tinham ócios para isso.

As oito horas de trabalho diário, essas, tiveram que aguardar o fim da Grande Guerra. Os ventos revolucionários vindos de Leste, a crescente força sindical, as incertezas políticas de um pós-guerra agitado — tudo isso convergiu para que, finalmente, as oito horas se impusessem pela Europa fora. Alguns ócios começam, pois, a desenhar-se nesses anos 20, os mesmos que vêem aparecer o cinema (mais do que isso: o "star system"), a rádio, o desporto-espectáculo; e em que o automóvel começa a invadir as grandes cidades, a evolução técnico-científica e o "espírito empresarial", por um lado, as novas condições sociais, por outro, criavam, pela primeira vez, um "mercado dos ócios".

Enfim, na década seguinte, os ócios ganham definitivamente direito de cidade. Ilustram-no dois factos radicalmente opostos. Em primeiro lugar, na França da Frente Popular, em Junho de 36, a conquista do direito a "férias pagas": são já clássicas as fotografias de famílias operárias partindo de *tandem* para as suas primeiras férias, quase sempre para visitar a família na província, após longos anos de separação, mas por vezes também para as praias, onde os novos intrusos eram desdenhosamente designados pelos veraneantes habituais por "os *congés payés*".

Mas surgem também, por essa altura, as primeiras tentações de controlo político dos ócios, em particular nos Estados totalitários: em 1934, Hitler cria a organização "Kraft durch Freude", "Força através da Alegria", inspiradora da futura FNAT portuguesa, visando orientar os tempos livres dos trabalhadores para actividades físicas e patrióticas, revigoradoras da

raça e da nação alemãs. De novo se pretendia evitar que a ociosidade fosse mãe de todos os vícios (políticos, revolucionários, é claro).

Esta, pois, a pré-história dos ócios "modernos". Depois da II Guerra, e até hoje, o tempo médio real de trabalho semanal não tem sofrido grandes variações (42 a 45 horas, segundo os períodos), ainda que, legalmente, se tenha generalizado a semana de 40 horas. Mas alargou-se a prática da "semana inglesa" a muitas categorias de trabalhadores, e foi gradualmente aumentado o período de férias pagas. Com o crescente desemprego, é hoje intensa, a nível europeu, a luta pelas 35 horas e pelo aumento das férias para 5-6 semanas anuais.

O tempo de não-trabalho aumentou, portanto, aparentemente. Mas aumentaram os ócios? Enriqueceu-se a *vida* (e é nos tempos de ócio que *se vive*, convém não esquecer!)? Reforçou-se a liberdade de escolha? Estão os ócios equitativamente repartidos? A resposta a estas questões coloca muitas outras, vamos ver porquê.

Antes de mais, interessa observar que se criou um fabuloso mercado para as "indústrias de ócio". Na Europa dos Doze as despesas das famílias com "ócios, espectáculos, ensino e cultura" (assim aparece nas estatísticas) atingem, em média, nos países mais desenvolvidos, 6 a 9% das suas despesas totais (nos outros, 3-4%), o que não parece tanto como isso mas representa um valor anual da ordem dos 30 mil milhões de contos, ou seja, mais de cinco vezes o Produto Interno português. É isso que é vendido, em cada ano, aos famosos 320 milhões de consumidores comunitários, em: aluguer de hotéis, pensões ou casas de férias; passagens de avião ou outros meios de transporte; roulottes; bilhetes de espectáculo (cinema, teatro, festivais de rock, futebol, etc., etc.); entradas em museus, castelos, cabarets, parques de diversões; material de campismo; livros e revistas; gelados; jogos electrónicos ou de matraquilhos; equipamento desportivo; barcos de recreio (desde os pneumáticos aos iates de luxo); discos e cassetes; cadeias de alta fidelidade, televisores, gravadores de vídeo; aparelhos fotográficos, relógios, revelações e álbuns; material para "hobbies" diversos (madeira, metal, plásticos, ferramentas portáteis, para "bricolage"); selos, moedas, livros antigos, quadros, e tudo o mais que dê para coleccionar, desde caixas de fósforos a latas de cerveja), etc., etc. Mas, é claro, a repartição destas despesas está longe de ser homogénea: segundo um recente estudo francês, uma família de quadro superior gasta quatro vezes mais em férias do que uma família operária, e três vezes mais em espectáculos e jornais. E, no conjunto da

comunidade, cerca de metade dos cidadãos não "partem para férias", isto é, fazem-nas em casa.

Em todo o caso, dir-se-ia que se diversificou a escolha e se enriqueceu a vida, o que é verdade... até certo ponto. Sucede que, condicionados pela televisão, passámos a associar (os que podemos, claro) os ócios simplesmente a produtos e serviços pagos, a ter a obsessão de os conseguir, logo, a precisar de mais dinheiro para... comprar os ócios. Dis-se há tempos um sociólogo americano que "*o sonho americano se mantém, no essencial, intacto; tornou-se foi mais caro*". E então perdem algum sentido as próprias estatísticas sobre o tempo de trabalho: para obter mais rendimentos para gastar com os ócios (o barco pneumático, o vídeo, as férias), vão-se arranjando biscates, "trabalho por fora", ou fazendo horas-extra, e reduzindo assim o tempo livre diário. É o que se está a passar em grande escala nos Estados Unidos, onde o tempo livre do cidadão-médio diminuiu 37% desde 1973, contrariando radicalmente uma previsão oficial de 1967, segundo a qual em 1985 a semana de trabalho teria descido a 25 horas, e seria a reforma aos 38 anos.

Por outro lado, enquanto o tempo de não-trabalho é cada vez mais absorvido pelos transportes (o local de residência é cada vez mais distante do de trabalho, e o trânsito cada vez mais denso), o tempo de trabalho em sociedades muito "competitivas" adquiriu um ritmo e uma tensão sempre crescentes, envenenando os ócios e transferindo para eles preocupações profissionais ou mesmo a insegurança quanto à estabilidade do emprego. Falar então de desconstracção, de distracção, de "enriquecimento da vida" é, pois, em muitos casos, puro lirismo. Nas próprias férias, passa-se uma semana a "desligar" do trabalho, outra (a última) a pensar de novo nele. Há inquiridos americanos que declaram que "*as suas vidas são como um dia de trabalho contínuo*".

Para isto caminha a Europa, logo, "nós" também. Ócios e negócios deixaram de se negar: os *nossos* ócios (como o nosso trabalho) são negócios *deles*.

Mas não nos enganemos de luta. Não se trata de *recusar* os ócios que nos vendem, trata-se de desmitificá-los. Trata-se de alargar os ócios, de os generalizar, de os *escolher*, de os conquistar enquanto *vida-própria*, sobre a qual só nós podemos decidir — e não a publicidade. E muitos deles até nem custam dinheiro.

A INFLAÇÃO DOS DESEJOS

João Martins Pereira

Fala-se muito da inflação propriamente dita. Muito menos da inflação dos desejos — de consumo. Ora é desses que o sistema se alimenta, são esses que, à força de milhões de contos cada ano, a publicidade constantemente estimula. A pressão publicitária é tal que, na área do consumo, se quebra a tradicional e lógica associação entre as ideias de "desejo" e de "liberdade": os desejos de consumo são hoje *condicionados*. Deseja-se o que se viu na televisão ou se ouviu na rádio, e tanto mais obsessivamente quanto se sabe que o amigo ou o vizinho "já têm", que mesmo o merceeiro ou o porteiro "já têm", como se se temesse ser o mais desprezível dos cidadãos, o último a ter *aquilo*.

Os desejos de consumo têm a particularidade de ser, paradoxalmente, desejos *pobres*: satisfazem-se com um simples acto de compra, o que está longe de suceder com a maioria dos outros desejos, pelos quais temos de nos bater por vezes anos a fio, empenhando inteligência, imaginação, sedução, e ganhando por acréscimo, ao concretizá-los, o prazer da dificuldade. Para consumir, é pois necessário dispor de dinheiro, e isso chega. Sucede que *quase* ninguém tem o dinheiro à altura dos seus desejos de consumo, para mais inflacionados pela publicidade devoradora. Que fazer? Renunciar-lhes, não é fácil, pois já estão "cá dentro", e depois há os vizinhos, os amigos, o merceeiro, etc., etc. Trata-se então de *inventar* o dinheiro. E aí reconheça-se que por vezes a imaginação irá ter o seu papel.

Uma primeira solução: o endividamento. O ideal seria pedir aos amigos, mas é preciso tê-los abonados e inventar uma aflição convincente. Por isso o mais comum é o recurso às prestações, sistema obviamente aliciante: não diz a publicidade, sempre ela, que se trata de "pagamentos suaves"? E é então que famílias inteiras vão conhecer o estranho fenómeno da transferência de obsessões, aliás ela-própria ilusória: passa-se da obsessão de *ter* à obsessão de *pagar*. Porquê ilusória? É que a primeira é interminável, o desejo de consumo *nunca se satisfaz*, a publicidade, e os "outros", supostamente nossos rivais, estão sempre a suscitar-nos novos desejos: até os preservativos são cada vez mais sofisticados, o prazer mais democraticamente repartido a entrar na área do consumo, a pesar no orçamento. Mas voltemos atrás, à obsessão de pagar. Quando se começam a somar as suaves prestações da televisão, da máquina de lavar, do hi-fi, do vídeo, da enciclopédia, da última colecção de 10 cassetes de "Música romântica" das Selecções, enfim do automóvel, o voraz consumidor descobre que as suavidades não são aditivas, isto é, que o resultado é simplesmente um pesadelo. Resta-lhe conseguir umas horas extraordinárias, arranjar uns ganchos ao fim-de-semana, pôr a mulher a fabricar montanhas de rissóis para casamentos e baptizados (ou também a fazer horas se for empregada), deixar o carro à porta, cortar na semanada do miúdo — e, naturalmente, não ter um minuto sequer para ver televisão, folhear a enciclopédia ou ouvir música romântica.

Uma variante é a das "compras em grupo". Pacatos e bisonhos cidadãos, que nunca deram um passo para fazer em grupo fosse o que fosse, vêem-se inseridos em grupos unidos pelo comum "ideal" do consumo. Mensalmente se reúnem esses "militantes" em privativos sorteios, cuja excitação maior é talvez o desejo de muitos dos presentes de que "não lhes saia já" o apetecido objecto. Mas fazem-se conhecimentos, discutem-se marcas, ouvem-se sugestões dos mais sabidos — e acontece que, para não ficar mal visto, se acaba por comprar uma marca ou um modelo mais caros, aumentando as já pesadas prestações mensais... E, no fim da "reunião", sai-se apressado, que o tempo é pouco para esfolar os 10 ou 20 contos que pingam cada fim de mês.

Outra atitude face ao mesmo problema da *inevitabilidade* do consumo, é a dos que preferem a solução de "pagar menos" à do "pagar depois". Aí temos então a chamada "economia paralela" para dar resposta a estes consumidores. São as feiras várias (a do Relógio, a de Carcavelos, a da Praça de Espanha) e são os genericamente designados "ciganos" que povoam os passeios e terreiros de Lisboa e arredores. Toda esta gente

beneficia da publicidade sem ter de a pagar — é que, quando a televisão anuncia o vídeo ou a máquina de lavar das marcas A ou B, o que está em definitivo a despertar é o desejo de *um* vídeo ou de *uma* máquina de lavar. É claro que ter uma Miele ou um Pioneer seria o ideal, mas por metade tem-se uma marca desconhecida que (isso não sabem os consumidores) saíu afinal da mesma fábrica e em nada difere das marcas que andam nas bocas do mundo. Mas por este mecanismo o consumidor é socialmente penalizado, além de julgar que teve de arriscar alguma coisa por não ter dinheiro que chegasse para comprar um produto de "melhor qualidade". Segundo a "teoria", ele irá trabalhar "mais e melhor", para bem de todos, por forma a poder um dia escolher a marca que entender.

A economia paralela é, aliás, óptima para toda a gente: é uma procura que não gera inflação (pelo contrário, obriga o comércio "oficial" a conter os preços, se não mesmo a baixá-los), contribui para atenuar as "tensões sociais" eventualmente geradas pela impossibilidade de satisfazer as expectativas criadas pela publicidade, cria uma oferta ajustada ao poder de compra de milhares de consumidores pouco abonados, a grande maioria (e aí se incluem também os jovens, tão solicitados pela publicidade). Por tudo isto se compreende, face aos protestos dos comerciantes, a benevolência dos governos para com este sector "marginal", esta "concorrência desleal", o contrabando que em tantos casos os suporta. E o consumidor tem por vezes inesperadas compensações: "em que boutique compraste isso?", ouve dizer uma moça vestida na Feira de Carcavelos...

Mas o "grande comércio" está atento. Os hipermercados foram feitos para estes mesmos consumidores. Vai-se lá comprar duas ou três coisas, porque são mais baratas, mas sai-se de lá com dez ou vinte: gastou-se o triplo, mas satisfizeram-se insuspeitadas necessidades que, no momento, pareceram inadiáveis.

Assim se passam as coisas, mas isso não quer dizer que a questão do consumo possa ser colocada em termos morais ou normativos. Nada me permite *condenar* seja quem for por desejar ter um *compact disc* ou mesmo um iate, nem sequer por, na sua escala de desejos, o automóvel estar acima das roupas ou do calçado para os filhos. Quer se queira quer não, o problema é de ordem política, económica, ideológica — tudo junto, naturalmente.

Ele está no simples facto de haver interesses que induzem a ideia de que a "felicidade", e a "ascensão social", se identificam com a *posse* de certos objectos, de muitos objectos. Que sobrevalorizam, de entre os múltiplos papéis e comportamentos de um indivíduo em sociedade, o de

consumidor. E sabiamente lhe explicam que é isso que "faz funcionar a economia", que "cria empregos", que gera "riqueza", a tal que a "sociedade" por todos equitativamente distribuirá. Pouco falta para se lhe dizer que é mesmo isso a essência da democracia.

Penso por vezes o que aconteceria se durante alguns meses os consumidores fizessem greve a todas as compras não estritamente indispensáveis. Onde o mercado é rei, é claro que esta seria a suprema subversão. Sucede que os comportamentos de consumo, sendo em larga medida comportamentos de *imitação social*, não geram solidariedades, nem despertam acções colectivas: pelo contrário, o *império dos desejos* (de consumo) integra os indivíduos numa massa de frenéticos competidores.

Em outras ocasiões, a mesma "sociedade" sobrevaloriza no indivíduo o papel de *eleitor*, e elogia-lhe o surpreendente civismo. Outras vezes, o de *soldado*, e nele espelha as virtudes pátrias. O indivíduo nunca é considerado como uma *pessoa total*, é repartido por gavetas que se abrem quando convém. Sempre às ordens, com as escolhas pré-determinadas, sem participação. Seja a mão que comanda visível, ou invisível.

LIBERALISMO E DEMOCRACIA

João Martins Pereira

Não é o *liberalismo* a concepção do mundo que forjada laboriosamente por sucessivas gerações da humanidade, cientistas e filósofos, fundou enfim na Razão a eminente liberdade do indivíduo, até inscrever o seu nome e o traduzir em direitos na Declaração de Independência dos Estados Unidos e, na França de 1789, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão? Não é, pelo seu lado, a forma *democrática* de governo aquela a que esses documentos (e todas as diversas Constituições que, nas décadas seguintes, em numerosos países neles se inspiraram) deram corpo, através de mecanismos de representação dos cidadãos, fonte última da soberania nacional? Não se *implicam*, portanto, liberalismo e democracia, ou melhor, não será esta a tradução prática (e lógica) no plano político dos ideais liberais?

Confrontemos de imediato estas interpretações com dois textos de influentes pensadores liberais: os franceses Benjamin Constant e François Guizot.

Diz o primeiro: "*A classe laboriosa não tem menos patriotismo que as outras classes. (...) Mas um é, a meu ver, o patriotismo que dá coragem para morrer pelo seu país, outro o que dá a capacidade de bem conhecer os seus [do país] interesses. É, pois, necessária qualquer condição adicional para além do nascimento e da idade prescrita pela lei. Esta condição é o lazer indispensável à aquisição das luzes, à rectidão do juízo. Só a propriedade assegura esse lazer: só ela torna os homens capazes do exercício dos direitos políticos.*" O segundo: "*O caos esconde-se hoje*

[1849] *por detrás de uma palavra: Democracia (...). Ideia fatal que é preciso erradicar. A paz social tem esse preço. E, com a paz social, a liberdade, a segurança, a prosperidade, a dignidade, todos os bens morais e materiais que só ela pode garantir*".

Hoje já não se dizem coisas destas, com tal franqueza, mesmo quando religiosamente se professa, com ares de "cientista social", uma ideologia com mais de dois séculos, cujo crédito fora decrescendo face às realidades concretas da vida social, até ressuscitar há poucos anos como coisa nova.

Interessa determo-nos um pouco naqueles dois textos, escrito um quando a prática liberal dava os seus primeiros passos na Europa, outro a meio do século XIX, em plena fase das revoluções democrático-republicanas. Que a propriedade deve ser anterior à liberdade política, já que é sua condição, diz-nos Constant. Não encontraríamos fórmula mais clara para exprimir a natureza da "ideologia da burguesia ascendente" que foi o liberalismo e, em simultâneo, a ideia de que, derrubado o poder absoluto já declinante do "Antigo Regime", havia agora que limitar os apetites de massas populares pobres e incultas, cujo destino se devia cingir a mendigar *livremente* o seu trabalho no "mercado do emprego" e a morrer pela Pátria quando necessário. Por isso os sistemas eleitorais de então fixavam limites mínimos de rendimento para se ser eleitor (ou seja, cidadão), e por vezes mais restritos ainda para se poder ser eleito: nos Estados Unidos, com quatro milhões de habitantes, o primeiro corpo eleitoral era de 120 mil eleitores (3%); em França, os limites fixados pela lei de 1817, à data em que escrevia Constant, reduziam os eleitores a 90 mil e os elegíveis a 16 mil em mais de 20 milhões de habitantes. Numa palavra, dos "direitos inalienáveis" proclamados pela cartilha liberal, só a pequena fracção abastada da população *de facto* beneficiava. Só triunfara, afinal, o liberalismo económico. A burguesia lutara, em nome da liberdade, contra o poder absoluto que lhe tolhia os movimentos e o acesso à propriedade, mas instalava o seu próprio poder minoritário. Mesmo Herculano, o exigente defensor dos princípios liberais, escrevia em 1836: "*Que importa o respeito da propriedade ao que nada possui? Que vale a liberdade da palavra para o que só tem de proferir maldições e queixumes?*"

A Democracia contra o Liberalismo

A aspiração democrática irá nascer *contra* o liberalismo. As palavras de Guizot bem o demonstram. O sufrágio universal (masculino!), só então conquistado, aterroriza-o: é a liberdade, a segurança, a prosperidade *dos proprietários* o que obviamente o preocupa. E os democratas e republi-

canos de então pouco mais pretendiam, para além do alargamento do sufrágio, do que a laicização do Estado e o desenvolvimento da instrução pública. Estava ainda por fazer a longa história da luta pelos "direitos sociais", que muitos pensam, erradamente, ser inerentes a qualquer "democracia liberal": o direito à constituição de sindicatos livres, o direito à greve, a redução das horas de trabalho (luta interminável, essa), o descanso semanal, as férias pagas, a protecção e a segurança social, etc., etc., nada disto foi conquistado pelo voto. O movimento operário, de inspiração socialista ou anarquista, foi o motor de todas essas batalhas, e muitas foram ganhas em momentos de "grande pânico" da burguesia: o pós-guerra de 1918, a crise de 1929 e a grande depressão subsequente, o pós-guerra de 1945. Cada vez mais, *foram os interesses de grupos ou classes sociais que estiveram em confronto, e não os interesses individuais.*

Na realidade, como qualquer ideologia, o próprio liberalismo económico serviu mais a bandeira do capitalismo em expansão do que como "regra de vida": o protecçãoismo foi sempre mais prezado pelo patronato do que o livre-câmbio, o Estado sempre concedeu generosos favores aos empresários, a concentração capitalista desfigurou a livre concorrência e gerou poderes supranacionais, enfim, a aventura colonial (impossível sem a força das baionetas) foi uma poderosa fonte de acumulação. Mais, foram políticas intervencionistas que salvaram o capitalismo nos anos 30, foi a guerra que, em definitivo, resolveu o problema do desemprego, foram mecanismos concertados e planificados que reconstruíram a Europa, foram dispositivos no campo da saúde e da segurança social que asseguraram um mínimo de "paz social", e ainda hoje permitem aos nossos liberais ir aumentando o desemprego sem "perigosas" convulsões sociais, enquanto gritam alto e bom som que *esta crise só se poderá resolver com uma drástica redução do papel (e do "tamanho") do Estado e com o retorno aos grandes princípios de há dois séculos — princípios que em todos esses momentos foram claramente violados por exemplares regimes democráticos...* Ainda recentemente, dizia a revista americana "Fortune", que de negócios sabe alguma coisa: *"O que parecem ignorar os conservadores (para os quais os fracassos no combate ao 'big government' anunciam o que Hayek chamava 'os caminhos da servidão'), é o facto de que os sistemas de tomada de decisão económica nos modernos 'Estados-Providência' reflectem as escolhas e os interesses de indivíduos e empresas privadas, mais do que os dos decisores ou planificadores governamentais".* Está tudo dito.

Os adoradores do mercado

Nos nossos dias, abundam os exemplos de que democracia (mesmo a que conhecemos) e liberalismo estão longe de mutuamente se implicar. É no Chile de Pinochet que os ultraliberais da Escola de Friedman experimentam o seu "ultraliberalismo" económico; países como a Coreia ou Taiwan, de duros governos autocráticos, são dados como exemplo das virtudes desenvolvimentistas do liberalismo económico (que estão, aliás, longe de praticar); nos chamados países ocidentais, são os dirigentes mais autoritários e reaccionários os mais fervorosos paladinos do liberalismo económico (Thatcher e Reagan são apenas os exemplos mais conhecidos).

Quanto aos novos *maîtres à penser*, um Hayek e um Popper, este o autor de cabeceira de Freitas e de Espada, não se pode dizer que as suas elaboradas *construções* lógicas e obviamente utópicas constituam um hino à democracia, que merece a desconfiança do primeiro e que, para o segundo, constitui um método idealizado de "discurso científico" entre políticos e cidadãos ultra-informados e ultra-rationais que obviamente não existem. São ambos "adoradores do mercado", mas politicamente conservadores. E entre nós, para frisar bem a não implicação, quem diria de um Ferraz da Costa, tão liberal economicamente (em palavras, pelo menos) que "está ali um democrata"? Não é preciso ser grande observador para constatar que, em qualquer país, o chamado "mundo de negócios" põe em primeiro lugar a liberdade e segurança dos ditos negócios, muito antes da defesa dos "direitos democráticos dos cidadãos".

É óbvio que nunca nenhuma crise do capitalismo, e não foram poucas até à que atravessamos, foi resolvida por "acção espontânea" das forças do mercado, e esta também não o será. As formas de intervencionismo é que se vão ajustando à própria natureza das crises: onde estaria a economia americana sem as fabulosas injeções financeiras (reforçadas pelo liberal Reagan) nos programas militares e espaciais? E a mais próspera economia do mundo, sem exagero a "economia dominante" já hoje e na nova fase do capitalismo que desponta, o Japão, combina elementos obviamente não-liberais, nem política nem economicamente, por forma a não conhecer os rigores da crise do capitalismo ocidental: uma "relação simbiótica" (no dizer de um especialista) entre o governo e o mundo dos negócios, com o mesmo partido no poder há mais de 30 anos; um protecționismo cerrado; um emprego garantido para toda a vida, sem prejuízo de altas produtividades e de uma "dedicação" quase religiosa ao sucesso da empresa.

Nessa nova fase do capitalismo, em que a informação (no sentido lato)

desempenhará o papel de "mercadoria poder-dominante", tudo indica que, contrariamente ao que muitos pensam, serão muito fortes as tensões antidemocráticas: a informação-poder (a ciência, a alta tecnologia) tenderá à concentração, enquanto a informação de massa, uniformizadora e finalmente ilusória, incita ao deslumbramento e à submissão. Será comparável o poder de uma empresa que se dedica à manipulação genética (e daí retirará fabulosos lucros) e o do cidadão que pode consultar a lista telefónica num vídeo?

Poderá uma esquerda hoje dizer-se liberal? Se põe o acento nos "direitos individuais" e, sobretudo, nos "direitos sociais", pode, se quiser, dizer-se *democrática* e, ainda assim, convém que precise de que democracia fala (e, neste artigo, só falámos da democracia que existe, não da *desejável*). Se põe o acento naquilo que o liberalismo essencialmente é, enquanto *ideologia* — a livre iniciativa empresarial, o livre jogo das forças do mercado, a competição de todos contra todos, a desigualdade criadora da "dinâmica" económica — então o melhor é nem se chamar esquerda.

Mas o melhor, ainda, é não precisar de adjectivos.

EMPRESAS, SOCIEDADE & PODER POLÍTICO

João Martins Pereira

"É-nos hoje difícil conceber uma sociedade, uma economia em que não existissem empresas, ou em que tivessem, pelo menos, uma importância secundária. Empoleirados (ainda que em precário equilíbrio) no comboio para o século XXI, a noção de empresa aparece-nos como natural, mesmo que vaga e imprecisa, ou até por isso. Perdemos, em relação a ela, a perspectiva histórica. Ora ainda há dois séculos, o que não é nada à escala da História, as sociedades mais avançadas desconheciam empresas tal como hoje se nos apresentam, e aquelas (empresas) que entretanto iam começando a desenvolver-se tinham, no global, um papel insignificante nas respectivas economias. Estas assentavam ainda essencialmente na agricultura, enquanto que aquilo a que agora chamamos bens de consumo industriais estavam quase por completo entregues a uma actividade de tipo artesanal, integrada numa estrutura por ofícios, de raiz medieval, necessariamente pouco diferenciada: tal diferenciação correspondia a uma divisão social do trabalho, mas a divisão técnica do mesmo só então começava a despontar, para vir depois a intensificar-se de maneira espectacular, com a introdução da máquina e a destruição de um sistema feudal em plena decomposição".

Retomo estas palavras de um velho artigo que escrevi há vinte anos para "O Tempo e o Modo". Acho que não começaria hoje de outra maneira melhor um texto sobre este tema.

A empresa moderna é, na realidade, uma criação da Revolução Industrial, e não só teve um papel estruturante na evolução posterior das

sociedades de "raiz" europeia, como esteve ligada à maioria das grandes questões políticas e sociais dos últimos 150 anos.

Ao trazer para a produção a organização de tipo militar, com uma hierarquia de chefes, subchefes e subordinados, regulamentos, estímulos e punições, disciplina e (quanto possível) "espírito de corpo", a empresa capitalista não só conseguiu rendimentos antes desconhecidos, como forneceu o modelo que viria a ser copiado por todas as empresas mesmo fora do sector industrial, e também, com variantes, por mil outros tipos de "organismos" ou "associações", por vezes até de voluntários, por vezes visando até combater o próprio poder empresarial, como os sindicatos.

Isto hoje nem nos surpreende muito: passamos a vida a ouvir dizer que tal organismo público, tal clube desportivo, devem ter uma gestão "de tipo empresarial". Os heróis do dia chamam-se, por cá, Amorins e Belmiros, a Bolsa (raquítica embora) continua a encher páginas e páginas de jornal, e, lá fora, ao que parece é com empresas destas que sonham muitos cidadãos dos Países de Leste, e vão tê-las até à indigestão (em lugar das que já tinham, parecidas na forma, mas mais exigentes em docilidade política do que em produtividade).

Mas nem sempre o mundo empresarial foi tão "popular", a não ser nos Estados Unidos, feitos por pioneiros sem nome e sem história, onde cada americano (exagerando!) imagina vir um dia a ser um Ford ou um Rockefeller. Pelo contrário, na Europa, as empresas raramente foram vistas com bons olhos, e se foram determinantes nos acontecimentos históricos e na "modelação" das sociedades, foram-no, em boa parte, por terem, elas próprias, gerado "anticorpos" sociais que se bateram sem quartel contra o sistema que elas representavam. Com efeito, é nas empresas mineiras e industriais do capitalismo nascente que surge, por inerência, digamos assim, uma nova classe social a que veio a chamar-se "proletariado". O mesmo é dizer que à existência de empresas estão associadas coisas como o sindicalismo, as ideias socialistas, Marx, as lutas intermináveis pelo horário e condições de trabalho, pelas férias pagas ou pela segurança social, a Comuna, os partidos socialistas, sociais-democratas e comunistas, as grandes revoluções do século XX, e tantas outras mais. Os trabalhadores da indústria, sem os quais não existiriam empresas nem produção, estiveram, para além disso, em todas as lutas pela liberdade, ontem na Guerra de Espanha, hoje nos Países de Leste. É, pois, por via desta luta *contra* o "poder empresarial" e o que social e politicamente ele representa que a esse mesmo sistema se pode, paradoxalmente, imputar o alargamento das liberdades civis e políticas, coisa que, como se sabe, nunca foi a prioridade de quaisquer chefes de empresa, a não ser que tal não interferisse com o "bom andamento dos negócios".

Pelo contrário, os grandes chefes de empresa estiveram presentes, como actores preponderantes, em quase todas as grandes tragédias político-militares deste século, apoiaram (e apoiam) todos os ditadores (excepto Estaline, porque nele viam o que ele próprio afirmava ser: o líder máximo do proletariado mundial). Sabe-se o papel do "Comité des Forges" francês e dos industriais do aço alemães no desencadear da Grande Guerra. Sabe-se como o patronato espanhol apoiou Franco, o português Salazar, o alemão (e boa parte do francês) Hitler. O colonialismo, com ou sem colónias, o Katanga ou o Chile, que sentido fariam sem grandes empresas ou grupos multinacionais directamente envolvidos, vorazes de matérias-primas, de mão-de-obra barata e de mercados?

Já ouço indignados argumentos contrários. Que, sem empresas, nunca teria havido um tal progresso tecnológico, um tal crescimento dos níveis de vida, uma tal abundância e diversidade de produtos. Que ainda não se inventou outra forma mais "racional" de fabricar todos os bens e de prestar todos os serviços que conhecemos, e de que não prescindimos. E, obviamente, que os próprios trabalhadores dos Países de Leste só desejam aceder a essa mesma prosperidade, pela mão das empresas capitalistas ocidentais.

Tudo isso é *aproximadamente* verdade. Mas tais questões, longe de negarem o que antes se disse, apenas impõem que se precise um pouco mais a observação. Com efeito, quando falamos de "sistemas", nomeadamente do "sistema empresarial", haverá que ter presente que os agentes decisivos no seu funcionamento e evolução raramente são "maiorias activas". É sabido que, no século passado, foram sectores como as minas, os transportes, a produção de aço, a metalomecânica pesada ou o têxtil que estiveram no centro dos grandes conflitos sociais: foi, no essencial, em grandes e médias empresas desses sectores que se caldeou a combatividade e se estruturou a organização do movimento operário (sem esquecer o papel de certos grupos profissionais de forte tradição autónoma: relojoeiros, tipógrafos, estivadores, etc.), e foram os respectivos patrões quem mais interveio politicamente, por interpostos partidos, governos, forças militares ou de segurança. Mais tarde, foi a indústria automóvel e as novas formas de organização do trabalho, foi o poder político imenso da indústria petrolífera, e por aí adiante. Isto é, a massa das pequenas empresas, embora vitais para o sistema, foram sempre arrastadas pelos acontecimentos: quase sempre as primeiras vítimas das grandes crises, quase sempre os seus trabalhadores os primeiros desempregados. Muitas vezes mais autoritário e despótico *dentro* da empresa, tem-se visto muito o pequeno patrão bater-se contra ditaduras por se ver asfiziado pelos grandes grupos que as apoiam. A "racionalidade" económica tem sido a fonte de

enormes desigualdades e dramas sociais, já que, neste caso, só é "racional" o que vence. A fome ou a miséria são apenas prova de irracionalidade: a função de um FMI é justamente a de trazer à "razão" os países tremalhados.

Quanto ao progresso tecnológico, e aos seus virtuosos efeitos nos níveis de vida, na abundância e diversidade de produtos, na própria evolução "civilizacional", a questão está longe de ser pacífica, pelo menos em termos teóricos. De facto, o progresso tecnológico que conhecemos é o que tem servido os estritos interesses empresariais: redução de custos, eliminação de mão-de-obra, aumento de produtividade, substituição de produtos em declínio, novas oportunidades de negócio, conquista de posições estratégicas. Só passam ao estágio de desenvolvimento industrial as descobertas ou invenções que originem produtos para os quais existam "mercados", isto é, consumidores ou compradores *que tenham meios para os pagar*. Está por demonstrar se "outro" progresso tecnológico não teria sido (ou será) possível, tirando partido de pistas científicas e técnicas nunca exploradas por não responderem a nenhum daqueles objectivos, mas talvez de bem maior utilidade social e de bem menores custos e desperdícios. É, pelo menos, uma questão em aberto. Tal como o é a de saber se esta "abundância" de produtos (e, mesmo essa, reservada ao hemisfério Norte), se esta constante insatisfação que se fomenta no consumidor, se esse espírito de competição na aquisição de bens artificialmente promovidos e diferenciados, não constituirão afinal apenas o modelo de comportamento que melhor se ajusta às conveniências da produção — nada tendo que ver com racionalidade, com justiça social, ou mesmo com a vontade de consumidores que livremente se manifestassem. Resta que é por esta via que mais directamente as empresas disseminam, à escala mundial, um modelo de consumo e uma "cultura de massa" cada vez mais homogêneos, aquilo a que os economistas têm vindo a chamar "globalização dos mercados". A integração, no sistema, dos Países de Leste é, nesta óptica, apenas uma integração dos respectivos mercados: é nisso que estão interessadas as empresas ocidentais que, muito mais do que agentes e garantes da "liberdade" (como pensarão muitos cidadãos daqueles países), apenas se preocupam com a liberdade de negócio, sejam quais forem os acidentes de percurso que a liberdade política possa vir a sofrer.

E em Portugal? Que temos a ver com tudo isto? Diria que *tudo*. Simplesmente, esse tudo chegou sempre atrasado umas décadas, e pela mão de estrangeiros. Não nasceram cá a empresa capitalista, nem o movimento sindical, nem o cooperativismo, nem as ideias socialistas, nem o "taylorismo", nem os "yuppies" — nada. As empresas portuguesas não estive-

ram nos bastidores de guerras, nada tiveram a ver com o progresso tecnológico, e a própria exploração colonial só bem tarde a descobriram, já há muito os ingleses andavam por Angola e Moçambique. As nossas empresas, como as de qualquer país periférico, pouco mais têm sido do que meras correias de transmissão de produtos e de "modos de vida".

Isso não impede que sejam elas o suporte de lutas políticas e sociais que, sendo "nossas", são as mesmas que em toda a parte — pois é assim mesmo que "o mundo pula e avança". Não impede que seja nelas que passam o melhor dos seus dias perto de 3 milhões de portugueses. Que seja através delas que vão sendo conhecidas as formas de organização, as "novas tecnologias", os fatos, os tiques e as falas ("timings", "briefings", "drafts", "task forces", etc.) dos "novos" empresários e gestores — tudo como lá fora. Isto, é claro, nas empresas modernas, as que catrapiscam a CEE (como noutros tempos os ingleses ou a paternal ditadura), sempre à espera de uns subsídios ou de um bom parceiro estrangeiro. Porque, atenção, mais de 50% das empresas portuguesas são minúsculas (menos de cinco trabalhadores) e muitas vezes bem pouco diferem das empresas pré-capitalistas. Estas constituem, à nossa escala, a tal massa de manobra que se limita a "ir atrás" dos acontecimentos. Mas talvez sejam elas, no fim de contas, que dão alguma "cor local" a este tão internacionalizado panorama. Que dão a *isto* um bonacheirão ar terceiro-mundista, que tanto exaspera os nossos altos dirigentes políticos, todos muito "a caminho do século XXI"...

Voltando ao princípio: será concebível uma sociedade *sem* empresas? Concebível é quase tudo o que desejamos. Disso são feitas as utopias. Como esta: a de uma sociedade em que as empresas se transformassem em meras "unidades produtivas" ao serviço de objectivos livre e participadamente decididos pelos cidadãos — o que, como se viu, está longe de acontecer nos dias de hoje. Isso seria dar à "política" o mais nobre dos sentidos. Mas, utilizando um chavão antigo, manda a lógica admitir que tal nunca seria (será) possível "num só país".

Transição, mutação e vertigem: o mundo alimenta sem custo a exigência de justiça desenhando assim a intransigência de uma esquerda que não se juntou aos coros da coligação que disparou a Guerra do Golfo, que não se deslumbrou com o euro-optimismo nem cortejou o fim das ideologias. Estes mais de cinquenta textos são setas apontadas ao coração da indiferença, que a estratégia de resistência é, afinal, a mais ofensiva e inteligente das investidas possíveis. À esquerda do possível, até.